



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



O Partido Socialista quer criar um Comité de Ética para vigiar e pronunciar-se sobre as falhas graves dos deputados na Assembleia da República

# PS quer multar falhas graves dos deputados

**PARLAMENTO** Socialistas pretendem criar um Comité de Ética que funcione como regulador  
**PUNIÇÕES** Proposta prevê a aplicação de sanções e a respetiva participação ao Ministério Público

JANETE FRAZÃO

O PS quer criar um Comité de Ética para vigiar, pronunciar-se e decidir sobre falhas graves dos deputados à Assembleia da República. As irregularidades poderão ser punidas com multa e, em última análise, é feita participação ao Ministério Público.

A proposta do PS está em discussão na Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas, e será votada amanhã. “O que se pretende é estar mais em cima de situações de incumprimento do Estatuto dos Deputados e do Código de Conduta, através da fixação de procedimentos que poderão dar maior

capacidade de resposta à Comissão da Transparência, para que esta seja mais interventiva”, revelou ao CM o deputado do PS Pedro Delgado Alves. Para isso, os socialistas propõem que se crie um Comité de Ética, composto por três deputados, eleitos entre os membros da Comissão de Transparência de modo proporcional. “O objetivo é ter uma equipa permanente que se especialize nestas questões e que funcione como regulador, para termos uma resposta mais robusta dentro do Parlamento”.

A este Comité de Ética, segundo sugestão do PS, competirá, entre outras matérias, propor à Comissão de Transpa-

SAIBA MAIS

**31**

de março de 2019 é o dia estabelecido para o fim dos trabalhos da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas, que funciona desde abril de 2016, sob proposta do Partido Socialista.

**Propostas em discussão**

Os deputados têm na mesa propostas sobre, por exemplo, o Código de Conduta dos deputados, as declarações de património e registo de interesses, o enriquecimento injustificado, o lobbying, a exclusividade de funções e a criação de uma nova entidade da transparência.

rência “a emissão de avisos devidamente formalizados em relação a condutas de deputados considerados como tendo incorrido em falha grave”. Em caso de aprovação, a Comissão poderá “determinar a aplicação ao deputado visado de sanção pecuniária entre um valor mínimo e máximo”. “É um mecanismo novo, cujo valor terá de ser fixado em resolução na Assembleia da República”, refere Delgado Alves.

A proposta do PS diz ainda que “no caso de existirem suficientes indícios da prática de ilícito criminal, a Comissão de Transparência propõe ao presidente da Assembleia da República a correspondente participação ao Ministério Público”.

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

